

LINGUAGEM NEUTRA E GRAMÁTICA: A SOCIEDADE E AS REGRAS EM MOVIMENTO

Katherine de Albuquerque Mendonça
(Universidade Federal da Bahia)

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES
Katherine de Albuquerque Mendonça é mestra em Letras pelo Programa de Pós-Graduação de Letras da Universidade Federal de Sergipe (PPGL/UFS) e doutoranda em Letras pelo mesmo programa e instituição, tendo sua pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: katherinealbuquerque7@gmail.com

RESUMO	ABSTRACT
Em um mundo onde linguagem, sociedade e gramática se entrelaçam, surge o livro <i>Não existe linguagem neutra! Gênero na sociedade e na gramática do português brasileiro</i> , da professora e linguista Raquel Meister Ko. Freitag. A partir da referida obra, esta resenha faz uma análise abrangente e crítica, destacando os pontos-chave e a significância das argumentações para os estudos sociolinguísticos contemporâneos. Desafiando a suposta neutralidade tanto na linguagem quanto nas gramáticas normativas do português brasileiro, Freitag evidencia a complexa construção do gênero, expondo as resistências e hierarquias subjacentes à condição de gênero na sociedade brasileira. Ao defender a inclusão na linguagem, ela adverte sobre os potenciais reforços de estereótipos de gênero à medida que explora os desafios do movimento em direção a uma linguagem neutra, destacando a importância crucial da representatividade para impulsionar mudanças na língua. Ademais, na defesa de uma relação intrínseca entre língua e sociedade, Raquel Freitag constrói argumentos em torno da descrição dos usos linguísticos como geradores de mudanças na gramática. Em suas palavras: mais do que prescrição, é preciso ter uso.	In a world where language, society, and grammar intertwine, emerges the book <i>There Is No Neutral Language! Gender in Society and in the Grammar of Brazilian Portuguese</i> by professor and linguist Raquel Meister Ko. Freitag. This review provides a comprehensive and critical analysis of the book, highlighting key points and the significance of the arguments for contemporary sociolinguistic studies. Challenging the supposed neutrality in both language and the normative grammars of Brazilian Portuguese, Freitag reveals the complex construction of gender, exposing the resistances and hierarchies underlying the condition of gender in Brazilian society. By advocating for inclusion in language, she warns about the potential reinforcement of gender stereotypes as she explores the challenges of the movement towards a neutral language, emphasizing the crucial importance of representation to drive changes in the language. Furthermore, in defending an intrinsic relationship between language and society, Raquel Freitag builds arguments around the description of linguistic uses as generators of changes in grammar. In her words: more than prescription, use is necessary.

PALAVRAS-CHAVE	KEY-WORDS
Linguagem neutra; Gênero; Gramáticas	Neutral language; Gender; Grammars

LINGUAGEM NEUTRA E GRAMÁTICA: A SOCIEDADE E AS REGRAS EM MOVIMENTO

A língua do português brasileiro é homogênea? Gramáticas normativas também mudam? Linguagem neutra existe? Essas são questões que atravessam o livro *Não existe linguagem neutra! Gênero na sociedade e na gramática do português brasileiro*, de autoria da

linguista e professora Raquel Freitag. Partindo de reflexões em torno da regra prescrita em contraste com as regras do uso, o livro fomenta o debate popular e pouco estudado acerca do gênero e da linguagem “neutra”, levando em consideração desde a construção de gênero na língua e na sociedade até as mudanças que se dão em função da intrínseca relação entre língua e povo. Nesse panorama, pensar essas construções e conexões implica, de antemão, refletir sobre a significação da palavra *neutro* em sua função de adjetivo.

Como sinônimo de imparcialidade, característica referente a quem não tem posicionamento sobre determinada situação, o adjetivo *neutro* parece estar sendo equivocadamente utilizado para caracterizar uma linguagem que inclui grupos invisibilizados na sociedade. A existência de uma dada linguagem só é possível a partir da existência de um dado grupo de falantes. E se falantes, enquanto indivíduos, não são neutros, como haveria de ser neutra a linguagem articulada por eles? A opção seja pelo uso de “todos” como masculino genérico ou de “todos, todas e todes” como inclusivo, marca uma posição do falante, evidenciando, portanto, a ausência de neutralidade.

Seguindo esse viés, ao pensar a linguagem como articulação de regras e usos de um determinado grupo de falantes, tem-se a definição de gramática como um instrumento linguístico e científico que decodifica, organiza e descreve esses padrões de regras e usos. No entanto, por descrever padrões linguísticos de determinado grupo, a gramática contempla descrições de uma variante específica da língua e, dessa maneira, exclui a diversidade linguística existente na fala do português brasileiro. Pelo menos, assim faz a gramática de prestígio, aquela reconhecida como instrumento prescritivo da variante padrão.

Tal como não há neutralidade nos falantes, não há neutralidade nos registros gramaticais, uma vez que eles “apresentam recortes de regras modelados pelo viés de quem as está codificando” (Freitag, 2024, p. 18). Não se trata, porém, de buscar na gramática evidências dessa ausência de neutralidade, mas de reconhecer o protagonismo do decodificador como indivíduo com vieses e posições bem definidas. Diante disso, pensa-se tão logo: qual é o papel da gramática normativa? Se existe uma norma padrão que deve ser seguida, seja na linguística ou na sociedade, existe uma regra hegemônica que mascara uma fachada de estabilidade e homogeneidade. A gramática normativa tem, portanto, esse papel de manutenção da regra hegemônica que privilegia determinado grupo de falantes em detrimento de outros. Apesar disso, consoante os estudos de Freitag, todo processo linguístico é moldado por forças sociais, logo a relação entre língua e sociedade interfere na saliência da regra, fazendo com que mudanças na sociedade levem a mudanças na língua. Daí, depreende-se que gramáticas normativas também mudam.

A ideia de gênero é construída na sociedade de forma a moldar como as pessoas devem ser e agir em consonância com o seu gênero, estabelecendo, também, hierarquias dentro do próprio sistema binário, de acordo com o sistema social hegemônico da heterocisnormatividade. Na língua, a lógica hierárquica se repete, por exemplo, em construções em que o masculino genérico aparece em referência a grupos mistos como um gênero neutralizante, não marcado, que serve para se referir tanto a homens quanto a mulheres. A demanda inclusiva para tratar grupos mistos por ambos os gêneros do sistema binário e para incluir o gênero neutro em referência a pessoas que não se identificam com o binário tem gerado debates, projetos de lei e muita opinião pública, dentre as quais, pouco se tem de embasamento científico e linguístico.

O caso da forma “presidenta” registrada no feminino, por exemplo, durante a gestão presidencial de Dilma Rousseff, traz uma discussão clara em torno da resistência de grupos conservadores que pouco estão preocupados com o culto à língua portuguesa, uma vez que o registro “presidenta” foi legitimado desde 1956, mas sim com a divisão e negociação de espaços de poder com o gênero feminino. Dado o exposto, Freitag (2024, p. 38) defende que “a língua portuguesa não é sexista, mas a escolha por uma das regras reflete a postura reativa de setores da sociedade que não aceitaram o fato de o país estar sob o governo de uma mulher”. Diante disso, cabe pensar a relação entre uso e representatividade, pois a baixa representatividade na sociedade leva à baixa frequência na língua que, por sua vez, marca a ausência de protótipo e, assim, a não associação por frequência. Salienta-se, então, que, se a demanda de uso gera mudança na gramática, faz-se indispensável a representatividade na sociedade para que se gere, dessa maneira, demandas de uso.

Seguindo o panorama da construção de gênero na tradição gramatical, desde a função neutra reconhecida no latim – para designar coisas e nunca a pessoas – até o gênero vacilante reconhecido nas gramáticas contemporâneas que justificam, inclusive, construções como “a Pablo Vittar”, Freitag aponta variabilidade na definição de gênero por diferentes gramáticos reconhecidos, evidenciando que, no decorrer dos anos, houve grandes mudanças no que diz respeito à definição e categorização quanto ao gênero na língua portuguesa. Mesmo nas gramáticas contemporâneas, há, ainda, falta de consenso em torno de elementos caracterizantes do gênero na gramática, como, por exemplo, se a variação de gênero consiste em uma flexão ou derivação. Sendo assim, se há discordância mesmo entre os linguistas e gramáticos, por que parece ser tão fácil para a opinião popular definir a forma de se tratar e categorizar o gênero na língua portuguesa e na sociedade?

Existem registros gramaticais legitimados para a forma feminina “papisa”, muito embora, na tradição religiosa católica, é pouco provável que uma mulher venha a ocupar

essa posição, assim como é legitimada, também, a forma feminina “cacica”, possibilitando um uso linguístico que represente a mulher indígena em posição de poder. O que se conclui, com isso, é que a gramática não se constitui como um impeditivo para que essas formas se perpetuem na linguagem, mas que “a frequência de uso de formas da língua aumenta à medida que espaços são ocupados; para entrar na gramática, instrumento linguístico, a forma precisa ser recorrente.” (Freitag, 2024, p. 76). Tem-se, então, que a mudança na sociedade leva à mudança na língua, mas, para isso, é necessário que se tenha demanda de descrição de usos. No âmbito da discussão de gênero, existem três forças de mudança que atuam fortemente nessa demanda; a da linguagem não sexista, da linguagem inclusiva e da linguagem neutra.

Cada linha de força tem sua própria especificidade, entretanto todas elas têm um fio condutor comum: o combate à regra hegemônica do masculino genérico. Se de um lado o movimento da linguagem não sexista consiste em escolhas estilísticas por termos generalizantes no lugar do masculino genérico, do outro lado o movimento da linguagem inclusiva consiste em explicitar de forma coordenada os gêneros presentes em grupos mistos para evitar o uso do masculino genérico. Ambas as possibilidades de construção não são novidades entre os falantes da língua portuguesa. O movimento da linguagem neutra, no entanto, por ser uma forma emergente na língua, tem fomentado cada vez mais discussões e previsões de proporções catastróficas para a gramática do português brasileiro. Discussões e previsões, contudo, que partem da opinião popular e do senso comum, sem que sejam observados devidamente estudos de especialistas da área.

O próprio movimento de linguagem neutra se divide em duas vertentes; uma que faz referência a pessoas que não se identificam com o binário e outra que visa representar neutralidade no sentido de não referir à categoria de gênero. Enquanto a primeira vertente pode ser adicionada ao movimento de linguagem inclusiva, a segunda vertente parece sugerir a substituição de um genérico por outro. O que se verifica, pois, é que, nos dois casos, não há o que se falar em neutralidade, uma vez que existe de um lado a posição para a inclusão e do outro a posição pelo genérico.

No que diz respeito ao uso por uma forma que faça referência a pessoas que não se identificam com o binário, surgiram possibilidades como -@, -x, -e, dentre os quais o último demonstra ter maior potencialidade de difusão, levando em conta a impossibilidade de pronúncia dos dois primeiros. Apesar disso, ainda há muito entrave por parte da sociedade em aderir ao uso. Esses entraves são reforçados por diversos projetos de lei que pretendem proibir o gênero neutro sob a justificativa dos custos de processamento de leitura. Alguns estudos experimentais apontados por Freitag concluem que não há custos adicionais no processamento de leitura com gênero neutro no espanhol e no sueco. O debate, entretanto, ainda carece de estudos no Brasil para que os

argumentos sejam mais pautados em evidências e menos estruturados em convenções sociais. Nesse cenário, Freitag (2024, p. 98) defende que “a inserção de uma forma para expressar gênero não binário não vai afetar todo o sistema linguístico ao mesmo tempo e com a mesma intensidade, a mudança vai encontrar brechas onde for possível iniciar essa inserção.”.

Mais do que prescrição, é preciso ter uso. Esse uso, vale salientar, é manifestação de inclusão na língua, não de neutralização, o que, segundo a autora, não existe na ciência, pois ainda que a ciência seja neutra, quem faz ciência são pessoas com identidade, expressão e orientação quanto ao seu gênero, assim, “a suposta posição de neutralidade é resultado do conforto da naturalização do status quo a quem lhe convém” (Freitag, 2024, p. 131). Na tentativa de preservação da regra hegemônica, professoras e professores de língua portuguesa estão sendo penalizados por levarem para a sala de aula um direito de aprendizagem expresso pela BNCC – o tratamento da diversidade linguística. Há, ainda, muito o que se discutir em torno da diversidade linguística e da diversidade inclusiva na língua, visto que a gramática do português brasileiro é um instrumento linguístico e científico utilizado para decodificar uma língua viva, a qual, por sua vez, está em constante mudança.

A defesa da pesquisadora no livro parte do ponto de vista de uma diversidade inclusiva, não neutralizante. O uso de “todes” não pode substituir “todos” para representar um grupo misto composto também por mulheres, pois “a troca de um genérico por outro só reforça a subalternidade feminina” (Freitag, 2024, p. 129), assim como expressões tais qual “pessoa com útero” ou “pessoa que menstrua” ao passo que é inclusivo para um grupo, invisibiliza outro que já é apagado socialmente, reduzindo a mulher às suas condições biológicas. Por esse viés, não existe linguagem neutra! Existem, porém, debates incipientes que precisam ser alvo de estudo e pesquisa, pois a emergência de novas formas no sistema de língua, bem como a mudança de regras implica a descrição de usos. É preciso menos militância e mais ativismo. Somente com os usos em movimento na sociedade será possível alcançar mudanças para uma gramática normativa mais inclusiva. Nas palavras de Freitag (2024, p. 76): “Se a sociedade é masculina e machista, a língua codifica esse sexismo”.

REFERÊNCIA

FREITAG, Raquel Meister Ko. **Não existe linguagem neutra!** Gênero na sociedade e na gramática do português brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2024.